



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Nº. 11/2022/TRE-RO

PROCESSO SEI Nº. 0002863-32.2021.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2022 (SRP)

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e do CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, RESOLVE, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, REGISTRAR O PREÇO DO(S) PRODUTO(S) ABAIXO DISCRIMINADO(S), conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **DMP COMÉRCIO E SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. 27.490.346/0001-71, com sede na Rua Guaipa, nº. 913, Mezanino, Vila Leopoldina, CEP: 05.089-001, em São Paulo/SP, Telefone(s): (11) 99479-0253 / (11) 3648-4000 / (11) 3648-4007 e E-mail(s): licitacao@dmpid.com.br e marcelo@dmpid.com.br, neste ato representada por **MARCELO EDUARDO PERES DE OLIVEIRA**, brasileiro, portador do RG nº. 32.493.394-0/SSP-SP e do CPF nº. 296.787.168-01, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**:

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade TRE/RO	Valor unitário (R\$)	Preço total do item (R\$)
01	Item 25 do edital. CARTÃO PERSONALIZADO PARA IDENTIDADE FUNCIONAL - Cartão SmartCard em PVC de alta qualidade, com as	Unidade	300	15,00	4.500,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>dimensões mínimas 85.5mmx54mmx0,9mm, cartão de aproximação padrão de leitura tipo ISO, com chip interno de identificação, impressão de dados variáveis e coloridos em alta resolução, frente e verso, modelos diferenciados individualmente, arte a ser definida no momento da requisição. Marca: DMP.</p> <p>Prazo de entrega: Primeira versão para aprovação (boneca/amostra), deverá ser entregue no TRE-RO no prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar do recebimento da arte gráfica. O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 10 (dez) dias corridos após aprovação da primeira versão (boneca/amostra).eira versão (boneca/amostra).</p>				
02	<p>Item 26 do edital. CRACHÁ PERSONALIZADO DE IDENTIFICAÇÃO SERVIDOR/IMPrensa - Cartão SmartCard em PVC de alta qualidade, com as dimensões mínimas 85.5mmx54mmx0,9mm, com chip interno de identificação, impressão de dados variáveis em alta resolução, frente e verso,</p>	Unidade	350	8,00	2.800,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

individualmente, arte a ser definida no momento da requisição. Com orifício na extremidade superior vertical para engate de presilha tipo jacaré. Marca: DMP. Prazo de entrega: Primeira versão para aprovação (boneca/amostra), deverá ser entregue no TRE-RO prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar do recebimento da arte gráfica. O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 10 (dez) dias corridos após aprovação da primeira versão (boneca/amostra).				
Valor total da ARP em R\$				7.300,00

1.2. No instrumento convocatório e em seu Anexo I (Termo de Referência) são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e a conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definida(s) na(s) respectiva(s) Nota(s) de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais deve obedecer ao estabelecido no item 2.0 do Termo de Referência respectivo, anexo do Edital de Licitação, resumido no quadro acima.

1.5. O material do TRE-RO deve ser entregue na Seção de Almoxarifado – SEALM do TRE-RO, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859, mediante prévio agendamento por meio do telefone: (69) 3211-2092/ 2051/ 2000, e deverá ser realizada em dia útil, dentro do horário de expediente, bem como o material do HGUPV deve ser entregue no endereço desse órgão partícipe desta licitação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, a Gestão do presente objeto será realizada pela Seção de Almoxarifado (SEALM) e a Fiscalização do contrato será realizada pelo titular da unidade requisitante (item 13.3. do Termo de Referência), ou aos substitutos respectivos, na ausência dos titulares, cabendo ao Gestor e ao Fiscal, nessas condições, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

1.9. Não houve adesão ao cadastro reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 10 de maio de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	MARCELO EDUARDO PERES DE OLIVEIRA Pela Adjudicatária Fornecedor
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: 812.434.482-53 Testemunha



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO EDUARDO PERES DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 11/05/2022, às 12:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 16/05/2022, às 17:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 16/05/2022, às 18:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 17/05/2022, às 09:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0827272** e o código CRC **66795530**.

0002863-32.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0002863-32.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO -
COMAP

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico SRP n. 9/2022 – Aquisição de impressos gráficos personalizados para atender as necessidades ordinárias e as decorrentes das eleições 2022.

PARECER JURÍDICO Nº 7 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSOFC



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio deste Tribunal, no qual se busca a formação de registro de preços com vistas à eventual aquisição de impressos gráficos para atender as necessidades ordinárias e as decorrentes do Pleito Eleitoral 2022, conforme relatado na Solicitação de Contratação 21, evento [0732538](#).

02. A minuta de Edital de Pregão Eletrônico ([0802695](#)) foi objeto de análise da Assessoria pelo Parecer Jurídico nº 48/2022 – PRES/DG/AJDG ([0804917](#)), recebendo aprovação juntamente com seus anexos, consoante dispõe o parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

03. Realizadas a fase interna e iniciada a fase externa do Pregão Eletrônico SRP n. 9/2022 ([0806476](#)) por meio de sua publicação, conforme documentos comprobatórios de sua divulgação juntado ao evento [0807396](#).

04. Não houve pedido de esclarecimento, nem impugnação ao edital.

05. Para instrução do processo, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do PE em análise:

a) Relatório de propostas do sistema COMPRASNET ([0816903](#));

b) Documentos de habilitação das licitantes EVOLUA TECNOLOGIC COMERCIO E SERVICOS EIRELI - CNPJ 24.525.161/0001-67 ([0821652](#)), GRAFICA PORTO LTDA. - CNPJ 15.539.260/0001-07 ([0821654](#)), HC COMUNIC PAPELARIA LTDA. - CNPJ 40.352.600/0001-33 ([0821656](#)), AVOHAI EVENTOS LTDA. - CNPJ 08.804.604/0001-00 ([0821662](#)), RODA VIVA INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA EIRELI - CNPJ 07.161.584/0001-26 ([0821664](#)), AWK EDITORA GRAFICA LTDA. - CNPJ 33.169.218/0001-23 ([0821665](#)), DMP COMERCIO E SERVICOS TECNICOS EIRELI - CNPJ 27.490.346/0001-71 ([0821666](#)) e IDEIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

COMUNICACAO VISUAL E COMERCIO LTDA. -
CNPJ 09.192.266/0001-58 ([0821667](#));

c) Informação da unidade técnica – COMAP –
solicitadas pelo pregoeiro quanto aos valores dos itens
ofertados pelas licitantes durante o certame ([0818604](#));

d) Resultado por fornecedor ([0821674](#));

e) Ata do Pregão Eletrônico ([0821672](#));

f) Termo de adjudicação ([0821675](#));

g) Publicação do resultado do julgamento no DOU e
DJE ([0821678](#)).

06. Por fim, o Pregoeiro relata as principais ocorrências do
certame em seu Relatório nº 24/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC
([0821715](#)).

07. Assim instruídos, os autos foram remetidos pela SLC à
Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação
([0818207](#)). **É o relatório.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA DO PE SRP Nº 9/2022

08. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a
observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto
Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação,
com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para
o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado
Decreto.

09. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a
indicação do local, dia e horário em que poderá ser obtida a íntegra do
Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e
hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal nº
10.024/19.

10. Passa-se às análises dos procedimentos propriamente
ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos, senão vejamos:

**a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao
Edital:** Não houve.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0816903](#)) e na Ata de Realização do Pregão Eletrônico n. 09/2022-SRP ([0821672](#)). Não houve recusa de lances.

d) Item deserto: Não houve.

e) Cancelados na aceitação: Sim. Os itens 4, 17, 19, 20, 21, 24 e 29 restaram fracassados.

f) Aceitação/negociação: Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico – *chat* -, a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento. As ocorrências estão registradas nos itens 5.3 e IX do Relatório do pregoeiro ([0821715](#)), cujas justificativas demonstram a aplicação acertada e objetiva dos critérios de aceitação de propostas estabelecidos no instrumento convocatório.

g) Fase de Habilitação: Analisados os documentos habilitatórios, o Pregoeiro declarou habilitadas as licitantes: HC COMUNIC PAPELARIA LTDA - CNPJ 40.352.600/0001-33, para o item 1; AVOHAI EVENTOS LTDA. - CNPJ 08.804.604/0001-00, para o item 5; AWK EDITORA GRAFICA LTDA. - CNPJ 33.169.218/0001-23, para o item 22; DMP COMERCIO E SERVICOS TECNICOS EIRELI - CNPJ 27.490.346/0001-71, para os itens 25 e 26; EVOLUA TECNOLOGIC COMERCIO E SERVICOS EIRELI - CNPJ 24.525.161/0001-67, para o lote 1 e item 32; RODA VIVA INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA EIRELI - CNPJ 07.161.584/0001-26, para os itens 3, 6, 8, 11, 12 e 27; IDEIA COMUNICACAO VISUAL E COMERCIO LTDA. - CNPJ 09.192.266/0001-58, para os itens 15, 16, 18 e 33; e GRAFICA PORTO LTDA. - CNPJ 15.539.260/0001-07, para os itens 2, 7, 9, 10, 13, 14, 23, 28, 30 e 38.

h) Do Recurso: Não houve.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às empresas vencedoras.**

12. É importante registrar que, mesmo restando fracassados alguns itens na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0821672](#)).

13. Destarte, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

14. Pois bem, os itens 4, 17, 19, 20, 21, 24 e 29 restaram fracassados. Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

15. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a repetição do certame. Nesse caso específico a COMAP (unidade solicitante) deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas pela unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma, será analisada a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.**

16. De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração, postergando ainda mais o início da prestação dos serviços, além de importar em antieconomicidade, **poderá opinar pela contratação direta de seu objeto com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas.

17. Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18. O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens **fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que **“não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar”** ou, ainda, aquele que **“formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93”** (sem grifo no original).

19. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa citada, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

20. Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

21. Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;

d) evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta; e

e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

22. Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

23. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

III – DA CONCLUSÃO

24. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0821675](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

25. Reafirma-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens desertos e fracassado com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos..

26. Por derradeiro, a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **TAHIS SILVANA IOCCA, Assessor Jurídico**, em 29/04/2022, às 18:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0822283** e o código CRC **7EC99C13**.

0002863-32.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0002863-32.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 09/2022-SRP – Aquisição de impressos gráficos personalizados para atender as necessidades ordinárias e as decorrentes das eleições 2022.

DESPACHO Nº 462 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP, visando à formação de registro de preços com vistas à eventual aquisição de impressos gráficos para atender as necessidades ordinárias e as decorrentes do Pleito Eleitoral 2022, conforme relatado na Solicitação de Contratação 21, evento 0732538.

Após a publicação do edital do certame, não houve pedido de esclarecimento, nem impugnação ao edital.

Para instrução do processo, o pregoeiro trouxe os seguintes documentos: **a)** Relatório de propostas do sistema COMPRASNET (0816903); **b)** Documentos de habilitação das licitantes EVOLUA TECNOLOGIC COMERCIO E SERVICOS EIRELI - CNPJ 24.525.161/0001-67 (0821652), GRAFICA PORTO LTDA. - CNPJ 15.539.260/0001-07 (0821654), HC COMUNIC PAPELARIA LTDA. -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CNPJ 40.352.600/0001-33 (0821656), AVOHAI EVENTOS LTDA. - CNPJ 08.804.604/0001-00 (0821662), RODA VIVA INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA EIRELI - CNPJ 07.161.584/0001-26 (0821664), AWK EDITORA GRAFICA LTDA. - CNPJ 33.169.218/0001-23 (0821665), DMP COMERCIO E SERVICOS TECNICOS EIRELI - CNPJ 27.490.346/0001-71 (0821666) e IDEIA COMUNICACAO VISUAL E COMERCIO LTDA. - CNPJ 09.192.266/0001-58 (0821667); c) Informação da unidade técnica – COMAP – solicitadas pelo pregoeiro quanto aos valores dos itens ofertados pelas licitantes durante o certame (0818604); d) Resultado por fornecedor (0821674); e) Ata do Pregão Eletrônico (0821672); f) Termo de adjudicação (0821675); g) Publicação do resultado do julgamento no DOU e DJE (0821678). Por fim juntou o Relatório nº 24/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC (0821715)., expondo as principais ocorrências do certame.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitadas as licitantes **HC COMUNIC PAPELARIA LTDA**, CNPJ nº 40.352.600/0001-33, para o item 1; **AVOHAI EVENTOS LTDA.**, CNPJ 08.804.604/0001-00, para o item 5; **AWK EDITORA GRAFICA LTDA.**, CNPJ nº 33.169.218/0001-23, para o item 22; **DMP COMERCIO E SERVICOS TECNICOS EIRELI**, CNPJ nº 27.490.346/0001-71, para os itens 25 e 26; **EVOLUA TECNOLOGIC COMERCIO E SERVICOS EIRELI**, CNPJ nº 24.525.161/0001-67, para o lote 1 e item 32; **RODA VIVA INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA EIRELI**, CNPJ nº 07.161.584/0001-26, para os itens 3, 6, 8, 11, 12 e 27; **IDEIA COMUNICACAO VISUAL E COMERCIO LTDA.**, CNPJ nº 09.192.266/0001-58, para os itens 15, 16, 18 e 33; e **GRAFICA PORTO LTDA.**, CNPJ nº 15.539.260/0001-07, para os itens 2, 7, 9, 10, 13, 14, 23, 28, 30 e 38.

Não houve registro de intenção de recurso.

Analisando o procedimento licitatório, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação, com fundamento no art. 4º, inciso XXII, da lei nº 10.520/02. Ademais, opinou pela possibilidade desta Administração optar pela contratação direta dos itens fracassados, com base no art. 24, inciso V, da lei nº 8.666/93, informando que deverá ser justificada a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se a investigação das causas pelas quais a disputa não



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto ([0822283](#)).

Vieram os autos para análise final do processo licitatório, com vistas a homologação do Pregão Eletrônico n. 09/2022-SRP

Com efeito, verifica-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

É importante registrar que, mesmo restando fracassado alguns itens na licitação, o procedimento foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0821672](#)).

Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação, conforme apontado pelo bem lançado Parecer Jurídico da AJSAOFC ([0822283](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP nº 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2022**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0821675](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à **SLC** para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À **COMAP** para se manifestar acerca da contratação direta dos itens 4, 17, 19, 20, 21, 24 e 29, que restaram fracassados, com base no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame, ou pela realização de novo certame para aquisição futura.

A demandante deverá investigar as causas pelas quais a disputa não logrou êxito, com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto, conforme mencionado no item 26 do Parecer Jurídico nº 7/2022 ([0822283](#)).

Por fim, devolvam-se à **SAOFC** para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 02/05/2022, às 15:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0822387** e o código CRC **10E46E14**.

0002863-32.2021.6.22.8000